

Sílvio Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação¹

Jean Carlo de Carvalho Costa – UFPB

RESUMO

O objetivo deste ensaio é argumentar em torno da importância que, nos dias de hoje, é atribuída à “redescoberta” de certas idéias relativas ao fenômeno nacional, especialmente através de uma nova reorientação interpretativa que a ele é associada. Esse processo de atribuição de importância ao *nacional* tem ocorrido em esfera mundial e, conseqüentemente, tem afetado a produção local tanto no âmbito da teoria social quanto no pensamento social brasileiro. Na esteira desse processo de busca de “auto-entendimento” é possível identificar como “alvo” desse período, autores centrais em sua época, marginalizados em um segundo momento, e hoje, “fundamentais” no entendimento do processo de construção do nacional. Na esfera local, um dos “autores-alvo” dessas transformações é o sergipano Sílvio Romero. Compreender a natureza de alguns dos elementos constituintes da compreensão do nacional em Romero e indicar a sua contemporaneidade é a orientação central desse trabalho.

Palavras-chave: Pensamento social. Fenômeno nacional. Miscigenação.

ABSTRACT

The objective of this essay is to show the importance that nowadays is attributed to the “rediscovery” of certain ideas relative to the *national phenomenon*, especially through a new interpretative reorientation that is associated with it. This process of attribution to the *nacional* has occurred

in global scale and, consequently, has affected the local production in the context of both social theory in general and Brazilian social thinking. Following this process of search for “self-understanding” it is possible to identify as a “target” of this period some authors formerly situated at the margins of the process of construction of the *national* that are now fundamental to its understanding. At the local scale, one of “target authors” of those transformations is the *sergipano* Sílvio Romero. To understand the nature of these changes from a new reading of certain elements of the “modernity project” sketched out by Romero is the central orientation of this work.

Keywords: Social theory. Nationality. Brazilian social thought.

O PROBLEMA NACIONAL, TEORIA SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO²

Cada época forja mentalmente seu universo. Não o elabora apenas com todos os materiais de que dispõe, com todos os fatos (verdadeiros ou falsos) que herdou, ou foi adquirindo. Elabora-o com seus dotes, com seu engenho específico, suas qualidades e inclinações, com tudo o que a distingue das épocas anteriores.

Lucien Febvre

De modo geral, especialmente a partir da fragmentação da União Soviética, bem como dos eventos recentes derivados do “embate” Ocidente-Oriente, sendo, em um certo sentido, os EUA e Europa, protagonistas-alvo, é possível perceber uma tendência

1 Gostaria de agradecer os comentários sugeridos pelo professor André Botelho (UFRJ) e pela professora Silke Weber (UFPE) que, sem dúvida, em muito contribuíram para a configuração de um texto mais coerente e preciso.

2 Este artigo foi enviado para avaliação e provável publicação na Revista Tempo Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP.

global em torno de uma sintonia relativa à intensificação de preocupações com o *problema nacional*, fenômeno que tem a sua origem consensualmente associada à emergência da revolução burguesa, a partir da identificação sugerida entre a soberania da nação e a soberania do Estado (ELIAS, 1993). Essa tendência tem se desmembrado, principalmente, em solo não-europeu³ e, particularmente, em espaço latino-americano, em “reinvenções” narrativas que, nos dias de hoje, ainda mais suscitam controvérsias e expressam as inquietações contemporâneas intrínsecas ao tema da identidade nacional, especialmente àquelas relacionadas ao papel que a Ibéria exerce na constituição da discussão em âmbito local sobre o nacional (MORSE, 1988; BARBOSA FILHO, 2000; CANIELLO, 2001; COSTA, 2003, 2004, 2005; CHACON, 2005). Além disso, como ver-se-á adiante, uma tensão subjacente a essa tendência, do ponto de vista da teoria social, também se encontra relacionada às concepções de história e de tradição que atuam de forma conspícua no forjar da narrativa, inevitavelmente, levando-nos ao caminho do “encontro imaginário entre Benjamin e Heidegger” (CAYGILL, 1997, p. 17).

Essas inquietações recentes são expressas em debates interdependentes relativos, por um lado, à natureza da própria teoria social, que é uma espécie de “termômetro” das alternativas explicativas no âmbito das ciências sociais e, por outro, às principais questões suscitadas pelas mudanças percebidas na estrutura social a partir da aceleração do processo de globalização. O significado desse processo tem

sido compreendido como “a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 69), tendo também associado ao seu arcabouço conceitual a reviravolta gestada pelo valor basilar que atualmente é atribuído à maior circulação da informação, engendrada na modernidade, por um lado, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e, por outro, às mudanças na natureza do próprio conhecimento, intensificadas a partir da chamada Terceira Revolução Industrial (KUMAR, 1997; LYON, 1998; THOMPSON, 1998).

Em primeiro lugar, em relação à teoria social⁴, é possível perceber um constitutivo “estado de crise”, produto do próprio elemento estruturante da ciência, ou de outro modo, talvez possa ser dito que em seu âmbito há um certo consenso em torno da percepção de um dissenso interpretativo, especialmente a partir dos debates relativos à natureza da modernidade e à pertinência ou não do caráter heurístico associado à idéia de “pós-modernidade” (HABERMAS, 1985; GIDDENS, 1991; KUMAR, 1997; BAUMAN, 1998, 1999; LYON, 1998), debates esses que constituem um dos produtos específicos das conseqüências do processo mais amplo que é a globalização.

Essa “crise” pode ser compreendida como uma profunda inquietação em relação às possibilidades percebidas para se explicar adequadamente às mudanças sociais, de modo geral, e o seu reflexo na ação social, de modo mais privado, cuja acentuação tem

3 Ressalto a idéia de uma ausência de privilégio de solo não europeu encontrar-se envolvido em re-elaborações narrativas devido à percepção de uma gradativa emergência na própria Europa de preocupações por refletir no presente a sua memória e o seu papel em pensar a própria humanidade em um contexto pós-moderno, produto do constrangimento histórico evidenciado na tese de que “o longo envolvimento da Europa com o resto do planeta humano, sua presença ubíqua e inoportuna em praticamente todos os cantos do globo, por mais distantes, reverberou num processo poderoso e irreversível de hibridização e multiculturalismo que agora transforma a Europa, levando-a a reconhecer, ainda com hesitações e contratempos consideráveis, que o outro é um componente necessário e irreversível de sua identidade” (BAUMAN, 2006, p. 45).

4 Neste trabalho, utilizo a expressão “teoria social”, ao invés de “teoria sociológica”, inclusive tomando a liberdade de caracterizar “formalizações conceituais da realidade social” como “teorias sociais”. De modo geral, utilizo “teoria social” devido ao caráter mais amplo da diversidade disciplinar de conteúdos que podem ser associados a ela, seguindo, neste sentido, a orientação de Giddens e Turner (1999, p. 8), que argumentam: “Não consideramos a teoria social propriedade de nenhuma disciplina, pois as questões referentes à vida social e aos produtos culturais da atividade humana permeiam as ciências sociais e as humanidades”. É indubitável, neste sentido, a amplitude e o impacto avaliativo e constituinte da realidade social das teorias desenvolvidas no século XIX; logo, justifica-se o seu uso.

sido evidente nos últimos vinte ou trinta anos como um dos produtos das transformações sócio-políticas que têm afetado a vida humana. Uma das conseqüências deste processo, no âmbito da sociologia, “dada a sua orientação cultural e epistemológica” (GIDDENS, 1991, p. 13), bem como ao fato de ser ela “a disciplina mais integralmente envolvida com o estudo da vida social” (GIDDENS, 1991, p. 13), é alimentar a necessidade de serem revisitados debates relativos a sua *episteme* e a metodologia conseqüente, isto porque a teoria social é uma espécie de “óculos interpretativo” da realidade social. Neste sentido, haja visto que as idéias não são constituídas isoladas dessa realidade, conseqüentemente, “revisitá-las”, muitas vezes, tende a também transformar a própria realidade à qual elas se referiam inicialmente, afetando o próprio presente e também, por derivação, o futuro.

Em segundo lugar, sobre as mudanças no âmbito da estrutura social, pode-se dizer que algumas das transformações sociais pelas quais tem passado o mundo na contemporaneidade parecem sugerir às ciências sociais e à teoria social que se debrucem com profunda atenção sobre uma determinada categoria sócio-histórica que, nos dias de hoje, parece ter adquirido importância central. A categoria à qual refiro-me é a idéia de “nação”, haja visto o impacto no entendimento das relações sociais contemporâneas que têm inúmeros dos conteúdos que à questão nacional é associada como, por exemplo, a nova divisão transnacional do trabalho, dinamizada pelas novas tecnologias, pela informatização e pela robotização da produção, processo que também se expressa pelas migrações entre nações dentro de um amplo processo de urbanização do mundo, mostram-nos a emergência e a ressurgência de problemas raciais associados a nacionalismos e localismos (IANNI, 1996).

Estas orientações dimensionais de análise, teoria social e estrutura social, em esfera global, não se encontram isoladas do pensamento social no Brasil, haja vista o impacto inevitável da circulação da informação no mundo globalizado. De fato, ao con-

trário, é possível afirmar que, ao longo das últimas décadas, também na esfera local, certas preocupações relativas ao nacional e às interpretações que a ele são associadas têm sido revisitadas, fenômeno que, como foi visto, é produto tanto das mudanças estruturais derivadas da globalização quanto das reorientações teóricas utilizadas na interpretação de certos processos sócio-históricos.

Neste sentido, é possível dizer que os principais efeitos presentes destas transformações dizem respeito ao fato de que trazem à tona importantes questões relativas à autocompreensão de certos povos em relação à formação de sua nacionalidade, reivindicando a tese de que o passado contém ensinamentos que devem ser aproveitados pelo presente a partir de uma espécie de interpretação seletiva (SOUZA, 2000).

De fato, na esteira desse argumento, percebe-se que, no âmbito latino-americano e, em especial, na esfera local, algumas noções, em meu entender, têm-se tornado essenciais para se consubstanciar um processo de auto-entendimento do nacional, levando vertentes da teoria social a uma espécie de re-interpretção de alguns de seus conteúdos (SOUZA, 1999, 2000, 2003). Ou seja, inquietações têm sido trazidas à baila relativas à formação da nacionalidade brasileira e ao papel central que noções como “raça”, “cultura” e “miscigenação” passaram a ter no processo de colocar o Brasil em compasso com o ritmo das sociedades européias em fins dos dezenove e início dos vinte (ORTIZ, 1990).

No Brasil das últimas décadas tem sido possível identificar o processo de “retomada” do nacional ao qual foi feita referência anteriormente. Na esfera local, percebe-se, após uma espécie de ostracismo enfrentado pela temática nos meios acadêmicos brasileiros, uma emergência de “releituras”, “diálogos” e “redescobertas” de autores e de idéias que se encontram ao problema nacional associados, a partir de gestação sistematizada nas obras de determinados intelectuais. De modo geral, esse *projeto coletivo* (PIMENTA, 2002), ainda que muitas vezes difuso e especializado, haja vista que envolve pesquisadores e

abordagens distintas, tem ocorrido a partir de duas dimensões inter-relacionadas.

A princípio, por um lado, tem-se um investimento relacionado com contribuições monográficas cuja característica principal é o seu uso de fontes primárias que os trabalhos de caráter mais panorâmico dificilmente conseguem oferecer (PIMENTA, 2002; GONTIJO, 2003; SCHNEIDER, 2005), e que estão intimamente associados com a produção da historiografia e da antropologia; por outro lado, talvez mais próximo do universo sociológico, percebe-se a reflexão crítica, no âmbito das idéias, de teses fundamentais, especialmente àquelas associadas aos clássicos da sociologia, que norteiam a produção historicamente produzida no âmbito do pensamento social relativa à chamada questão nacional/identidade, tanto em um contexto Europeu (GUIBERNAU, 1997; BAUMAN, 2006), quanto na esfera local (SOUZA, 2000, 2003; COSTA, 2003, 2004, 2005).

De certo modo, isto parece ocorrer porque, se é correto supor que a relação das idéias com o mundo material não é de exterioridade, mas, ao contrário, que elas ajudam a constituir a própria realidade empírica, na medida em que mostram alguns aspectos estruturadores e possibilidades de ação, a despeito de encobrir outros tantos, então a crítica das idéias é uma tarefa conspícua de uma sociologia com interesses críticos (SOUZA, 2000, 2003).

Com esses fatos esculpindo um novo quadro sócio-político mundial, torna-se relevante compreender melhor alguns dos conteúdos que se encontram associados a um dos hermeneutas do Brasil (SCHNEIDER, 2005), Sílvio Romero (1851-1914), autor de profunda relevância ao se tratar da modernidade brasileira na virada do século XIX e início do XX, arquiteto de um “projeto de nacionalidade” forjado no diálogo entre o local e global que tem sido alvo, após oscilar entre o ostracismo e a má interpretação, de gradativo interesse nos últimos quinze anos, especialmente após o centenário de sua principal

obra, *História da literatura brasileira* (2001)⁵, interesse desmembrado em uma importante reconstrução narrativa de sua contemporaneidade (VENÂNCIO FILHO, 2001).

O CARÁTER CONSTITUTIVO DO NACIONAL NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

As discussões em relação ao fenômeno nacional permeiam todo o pensamento social no Brasil, talvez com uma certa hegemonia que compreende desde o predomínio da “bricolage de uma identidade nacional” elaborada pelo romantismo brasileiro (ORTIZ, 1994, p. 19)⁶, que pode ser situada em torno de 1870 até a “virada culturalista” proporcionada pela obra de Gilberto Freyre (1900-1987), na década de 1930, particularmente a partir de seu *Casa-grande & senzala* (FREYRE, 1998)⁷, considerado por alguns a “Paidéia de um Werner Jäger dos trópicos” (CHACON, 2001, p.39).

No intervalo que compreende as últimas décadas do século XIX e meados da década de 1910, as tentativas de interpretar o nacional são conduzidas a partir da possibilidade percebida de articulação dos conceitos de *raça e meio*, com o objetivo de encontrar uma espécie de via alternativa cujo eixo preservaria a “singularidade sócio-racial brasileira”; entretanto, essas tentativas são guiadas, do ponto de vista teórico, por uma certa tensão que identificaria uma determinada parte de nossa intelectualidade, cujo eixo bifurca-se entre assimilar a ciência da época, realista, naturalista e pretensamente universalista, à elementos idiossincráticos subjacentes à cultura local, não necessariamente traduzíveis no *logos* de então; essa tensão desmembra-se em uma perspectiva relativamente determinista e de cunho racial. De fato, considere-se o próprio termo “miscigenação”, cuja influência no discurso imperial e colonial contemporâneo é evidente em torno das referências negativas às uniões de “raças” distintas (YOUNG, 1995),

5 Edição original em 1988.

6 Edição original em 1985.

7 Edição original em 1933.

tendo passado a ser, inevitavelmente, na virada dos séculos XIX-XX, parte do discurso colonialista do racismo.

No Brasil, o fenômeno nacional adquire enorme importância na segunda metade do século XIX, especialmente através do pensamento de alguns intelectuais brasileiros como, por exemplo, Sílvio Romero (1851-1914), embora seja necessário afirmar que estas inquietações não constituem privilégio dessa época, tendo permeado toda a história da formação da nacionalidade brasileira (CANIELLO, 2001). Entretanto, talvez seja possível ressaltar o maior relevo a ele atribuído pelos “românticos”, ainda que envoltos na perspectiva de revestir o elemento indígena em “elemento civilizado”, afirmando por completo a desimportância do negro na constituição da nacionalidade brasileira, o qual apenas torna-se parte inevitável da reflexão sobre a dinâmica social com o advento da Abolição⁸.

Ora, verificando o contexto descrito, é possível dizer que duas perspectivas relativamente hegemônicas, e uma à época “marginal”, de interpretação do Brasil, no tocante ao entendimento do nacional, destacaram-se no início do século, tendo o construto *raça* predominância no caráter definidor da nacionalidade, cuja conseqüência, haja vista o tipo de teoria social produzido no período, é uma espécie de ruptura do campo intelectual, talvez um dos elementos explicativos da “marginalização” de determinadas interpretações.

De modo geral, no pensamento social brasileiro, a temática em questão foi abordada por alguns dos principais ensaístas cuja obra, de um modo ou

de outro, inevitavelmente, percorreu as relações entre nacionalidade e raça na busca pela explicação do fenômeno nacional. De fato, por um lado, temos a referência primordial ensaísta de influentes intelectuais como o já citado Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909) e Oliveira Vianna (1883-1951) e, de modo mais indireto, o famoso ensaio de Paulo Prado (1869-1943), *Retrato do Brasil* (1997)⁹, especialmente o seu *Post-Scriptum* que, seguindo princípios e idéias evolucionistas e deterministas relativas à “degeneração”, “barbárie”, “miscigenação” e “enfermidade social”, debruçaram-se sobre a problemática racial, levando-os, de modo geral, à crença no princípio de que o único modo de resolver o problema seria através do cruzamento racial, o que desemboca na conhecida “teoria do branqueamento”, uma das peculiaridades tipicamente nacionais, e na ênfase nas políticas de imigração e de educação, ou seja, em direção ao triunfo e à regeneração da raça branca no país (VENTURA, 1991; SCHWARCZ, 1993).

Uma outra vertente, contrária a um certo “otimismo milenarista” (SOUZA, 2005) que perpassava o pensamento de certos autores em relação ao papel da raça, era constituída por outros intelectuais que, mais críticos em relação ao “valor social do mestiço”, consideravam o cruzamento racial um verdadeiro perigo para a boa saúde do Brasil e da etnicidade branca. Entre eles, talvez o de maior destaque seja o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), cujas pesquisas sobre a influência africana e o sincretismo religioso no Brasil, inovadores estudos etnográficos na época, tenderam a fortalecer as suas concepções racistas e a crença na tese da degeneração racial como conseqüência da mestiçagem.

No intermédio entre esses dois “projetos para o Brasil” tem-se a “interpretação dissidente”, seguindo expressão utilizada por Ortiz (1994)¹⁰, do sergipano Manoel Bomfim (1868-1932), interpretação “marginal” à época, a qual me referi. Bomfim, o

8 A relação entre Sílvio Romero e o Romantismo também expressa uma certa tensão: por um lado, assimilou intelectualmente as contribuições pós-românticas da segunda metade do século XIX (realista, naturalista e essencialmente cientificista); por outro lado, não ausentou-se de extrair do romantismo aqueles elementos que o auxiliassem a pensar e a imaginar um povo e a sua nacionalidade existindo a partir de uma complexa heterogeneidade que lhe era peculiar, ou seja, “a sua obra é, em grande medida, o resultado tumultuário do choque entre as temporalidades socioculturais brasileiras e a erudição científica européia da segunda metade do século XIX” (SCHNEIDER, 2005, p. 56).

9 Edição original em 1928.

10 Edição original em 1985.

“rebelde esquecido” (AGUIAR, 2000), tem sido, de modo gradativo, especialmente nos últimos quinze anos, recolocado entre os “principais intérpretes do Brasil”, inclusive em posição de enorme inovação, “pensador fantásticamente original” (ZARUR, 2000), isto porque, em grande medida, a sua interpretação do nacional e do povo brasileiro é fortemente contrária às perspectivas teóricas dominantes no pensamento social da época, cuja base teórica era formada pelas teorias sociais européias (Darwinismo social, evolucionismo e o positivismo), tríade teórica fundamental que, de certo modo, parece ter coroado o ápice da modernidade ocidental.

De modo geral, é importante realçar que a ambigüidade e elementos contraditórios são efetivamente correntes nos ensaios interpretativos dos intelectuais que pensaram o Brasil àquele período, produto, em grande parte, da incompatibilidade percebida entre a “tríade teórica” hegemônica à época e a realidade que ela deveria “explicar” (ORTIZ, 1994)¹¹, não diminuindo, no entanto, a sua importância, isto porque:

Há uma conexão mais ou menos estreita entre os seus modos de abordar o Brasil e o nacionalismo sistemático [...] do próprio Estado Novo. É arriscado, porém, incluí-los genericamente entre os ideólogos da Direita, em razão do colorido opressor, classista e racista que o termo foi assumindo por força das vicissitudes políticas do século XX. Representam, em conjunto, um sintoma da crise do liberalismo jurídico abstrato, da sua incapacidade de planificar o progresso de um povo; e, apesar das suas diferenças e mesmo das contradições internas de que todos padecem, significam [...] um passo adiante na construção de uma sociologia do povo brasileiro (BOSI, 1994, p. 313).

De fato, são os efeitos de suas obras no diálogo entre as mudanças na teoria social contemporânea e o processo de globalização, posterior a essa erupção ensaísta, que confirmarão ainda mais a sua importância, por um lado, devido ao fato de que “os contemporâneos muitas vezes são os piores intérpretes

de uma obra” (SCHNAIDERMAN, 2000, p. 9) – a eqüitativa desimportância histórica atribuída, por exemplo, ao também sergipano Manoel Bomfim, pode ser uma dessas piores interpretações – e por outro, porque muitos de seus desmembramentos transformaram-se em “programas de organização sócio-política” (BOSI, 1994).

Ou seja, pode-se dizer, neste sentido, que, por exemplo, o desdobramento, do ponto de vista estético e ideológico, do Modernismo brasileiro nos anos de 1920, “veio criar condições para aproveitar e desenvolver as intuições de um Sílvio Romero, ou um Euclides da Cunha, bem como as pesquisas de um Nina Rodrigues” (CANDIDO, 2000, p. 123)¹². Além disso, não é à toa que é característico desse período o fato de ele tender ao ensaio, não apenas às breves crônicas como ao longo ensaio histórico e sociológico, que, de certo modo, incorporou o movimento ao pensamento nacional.

Diante de tais esclarecimentos, haja vista que já vão longe estes prolegômenos, ofereço ao leitor, na seção seguinte, uma espécie de “hermenêutica temática” da nação e da nacionalidade, conduzida através de alguns elementos do pensamento de Sílvio Romero, hoje, em um certo sentido, como argumentarei, considerados inovadores, que podem ser interpretados como o reflexo, na esfera local, do nacional a partir das inquietações presentes nas discussões contemporâneas relativas à teoria social e à estrutura social.

SÍLVIO ROMERO E UM PROJETO MISCIGENADO PARA O BRASIL

No século XIX, como ora tem sido colocado no artigo, o Brasil foi invadido por um “bando de idéias novas” que, de certo modo, foram as responsáveis por uma profunda renovação e transformação do pensamento que o país experimentava, espécie de “reuropeização”, nos termos de Freyre (2000)¹³, cujo elemento central está associado ao seu caráter

11 Edição original em 1985.

12 Edição original em 1965.

13 Edição original em 1936.

de reconquista, no sentido da revalorização de elementos ocidentais e individualistas em nossa cultura por meio da influência de uma Europa francamente burguesa (SOUZA, 2000).

De modo geral, em solo local, parece haver um certo consenso em afirmar que um dos berços dessa renovação foi a “Escola de Recife”, uma das instituições expoentes da então “Geração de 1870”. Recife, na literatura, é tratada como cidade que é considerada uma espécie de arena do embate entre as formulações românticas ultrapassadas e as novas perspectivas que se abriam na ciência e na filosofia, as quais, internalizadas na configuração de uma nova concepção da vida e do mundo, produziram, assim, alguns dos principais pensadores da nação brasileira:

As lutas em torno dessas idéias tiveram por teatro, no Brasil, a cidade do Recife em que Tobias Barreto (1839-1889), secundado por Sílvio Romero (1851-1914) e por seus discípulos, se tornou a figura predominante do maior movimento de renovação, na história intelectual do Império (AZEVEDO, 1963, p. 340).

De fato, em um período em que o mundo percebia o “novo mundo”, em especial o Brasil dessa época, como uma espécie de “apêndice tropical da Europa” (SKIDMORE, 1994, p. 72), contra esse pano de fundo, uma série de intelectuais debateram-se para definir a identidade nacional do seu país. Tobias Barreto (1839-1889) é, consensualmente, considerado um líder intelectual da Escola de Direito de Recife, inovador ao reformular idéias jurídicas, dotando-as de base racional e científica, contrapondo-se diretamente ao jusnaturalismo reinante à época; após ele, um dos mais importantes da Escola foi, sem dúvida, o seu discípulo, Sílvio Romero (1851-1914), cuja preocupação por “fundar uma nacionalidade consciente de seus méritos e defeitos” o acompanha em grande parte de sua obra, mas especialmente no final.

De fato, Sílvio Romero pode ser considerado o primeiro a enfrentar uma das questões mais inquietantes das discussões da época relativas ao nacional,

a saber, “se a criação artística e científica resulta da raça, ainda que articulada com o meio, como é possível explicar a vida brasileira, se aqui não se poderia falar numa raça”, ou, além disso, “como é que um povo considerado inferior interpreta a sua própria inferioridade?” (LEITE 1992, p. 185)¹⁴. De certo modo, parece ser esta a pergunta a qual o texto romeriano vem tentar responder. Romero, deixando falar através de si o espírito de sua época (*Zeitgeist*), argumenta que só há um caminho:

Para que a adaptação de doutrinas e escolas européias ao nosso mundo social e literário seja fecunda e progressiva, é de instante necessidade conhecer bem o estado do pensamento do Velho Mundo e ter uma idéia nítida do passado e da atualidade nacional (ROMERO, 2001, p. 64)¹⁵.

De modo geral, pode-se dizer que Sílvio Romero (1851-1914) se descrevia como um “darwinista social”, cuja argumentação relativa à sua concepção de nação era essencialmente alicerçada em uma tentativa de conciliação entre os conceitos deterministas de raça e meio, ressaltados acima. De fato, já em seus primeiros trabalhos relativos ao folclore e a etnologia, é possível perceber a sua divisão da população brasileira em habitantes das matas, das praias e margens de rio, dos sertões, e das cidades (ROMERO, 1954). Essa percepção, entretanto, já reafirma mais uma vez o elemento de tensão de sua interpretação do nacional, conseqüência da incompatibilidade existente entre a importância atribuída por ele às descobertas científicas ocorridas em solo Europeu¹⁶, na esteira do evolucionismo, e a extração dos seus dados da realidade brasileira da época.

Contudo, no Brasil da “Geração de 1870”, devido à combinação da influência das teorias sociais européias, especialmente o evolucionismo e o

14 Edição original em 1954.

15 Edição original em 1888.

16 Em *Introdução à doutrina contra doutrina*, por exemplo, Romero resalta a importância dos estudos de Marx e Engels relativos ao entendimento da classe operária na Inglaterra, lamentando a inexistência em solo brasileiro de empreendimentos semelhantes.

darwinismo social, com os conteúdos dos conceitos citados, esses últimos são elevados à categoria de fundamentais, constituindo um quadro interpretativo da singularidade nacional, de tal modo que, nos termos do próprio Sílvio Romero, “os diletantes literários não tiraram mais da boca as palavras meio e raça!...” (ROMERO, 2001, p. 99)¹⁷:

[...] meio e raça se constituíam em categoriais do conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira. A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos esclarecia assim os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Chegava-se, desta forma, a considerar o meio como o principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda que teria sido elemento determinante na criação de uma economia escravista. Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa (ORTIZ, 1994, p. 16)¹⁸.

Sílvio Romero (1851-1914) foi, de fato, um dos que percebeu a importância de se considerar o meio e a raça como fatores internos que definiriam a realidade brasileira, isto a partir de uma certa contraposição à influência estrangeira que, no Brasil, possibilitava uma imitação da cultura européia, uma “adaptação inconsciente” (LEITE, 1992¹⁹; ORTIZ, 1994²⁰). Em Romero, é importante ressaltar a existência de uma dupla dimensão dessa influência, haja vista que ele, por um lado, a considera importante e inevitável e, por outro, há um esforço evidente em traduzi-la para os dados da realidade nacional, especialmente ao enfatizar a necessidade de estudos privados relativos aos problemas locais (VENÂNCIO FILHO, 2001):

Essa adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica. A

darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia (ROMERO, 2001, p. 63)²¹.

Da preocupação de “fundar uma nacionalidade consciente de seus méritos e defeitos”, Romero elabora a sua própria interpretação do Brasil, considerada hoje inovadora para época, a partir do momento em que ele é um dos primeiros a considerar e reconhecer que os brasileiros constituem fundamentalmente um povo racialmente misto, percepção de heterogeneidade produto do referente de homogeneidade racial e cultural pretendido pelas velhas nações da Europa (SENA, 2003), que o leva a enxergar na mestiçagem a essência da nacionalidade, evitando possíveis perspectivas desagregadoras, mas sem adjetivá-la nem regionalizá-la, justamente para que se constituísse em um conceito generalizável, ou seja, nacionalizável (SCHNEIDER, 2005). Em Romero, *todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias*, fato este que se devia a certos elementos: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira²².

Além disso, mais importante ainda, é a sua incorporação de modo decisivo do elemento negro à

21 Edição original em 1888.

22 É importante salientar, no entanto, que na historiografia acerca do Brasil, no século XIX, o primeiro autor a assinalar o papel do negro na formação racial foi o botânico e viajante alemão Karl Philipp von Martius. Martius, participando de um concurso organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1845, na esteira das ocupações pós-independência, respondeu ao objetivo do prêmio, que seria dado a quem elaborasse o melhor plano para a escrita da história do Brasil, com *Como se deve escrever a história do Brasil*. Nesse clássico texto, ele argumenta que a identidade brasileira deveria ser buscada no que mais singulariza o Brasil: a mescla de raças (BARATA, 1974), plantando, assim, a semente do que nos anos 1930 denominar-se-á a nossa “democracia racial”. Entretanto, também é relevante observar que a sua menção ao elemento negro é breve, de tal modo que ele, na verdade, mais do que ressaltar a sua importância, parece ter sido o responsável por evidenciar o problema por sobre o qual se debruçará a “Geração de 1870”, ou seja, “a questão principal, quanto ao negro, segundo ele, seria esta: o Brasil teria tido um desenvolvimento diferente sem a introdução dos negros escravos? Ao historiador, responder se teria sido para melhor ou para pior [...] Essa pergunta atormentará os historiadores brasileiros” (REIS, 1999, p. 27). A resposta, ver-se-á, oscila entre negativo e positivo até a “operação *Casa grande & senzala* de Gilberto Freyre” (ORTIZ, 1994, p. 43).

17 Edição original em 1888.

18 Edição original em 1985.

19 Edição original em 1954.

20 Edição original em 1985.

teoria, rompendo com padrões de pensamento da *intelligentsia* de então. Há, inclusive, um certo consenso em considerar alguns dos seus estudos de etnografia brasileira como os primeiros a dar ao elemento negro a sua posição justa ao lado das demais raças que se fixaram no Brasil (RABELLO, 1967), de tal modo que a sua compreensão, ao tratar o negro não apenas como “auxiliar fisiológico”, mas também como agente econômico e um elemento político e social, permite, em meu entendimento, o início da gestação da “virada interpretativa” proporcionada pela obra de Gilberto Freyre (1900-1987) sobre a nação brasileira e o povo que a constitui, efetuada especialmente a partir dos anos de 1930.

De fato, a relativa ruptura de Sílvio Romero (1851-1914) com o pensamento romântico é, neste sentido, evidente, ainda que alguns considerem iminente, devido às conseqüências da Abolição e o papel que passa a exercer no cotidiano brasileiro a categoria social do “mulato”. Contudo, isto não retira o seu mérito em preocupar-se por ressaltar a “singularidade nacional” em sua abordagem, inclusive como uma crítica aos autores, considerados por ele, por um lado, excessivamente positivistas, cujo eixo argumentativo encontrava-se em um extremo “sociologismo”, através da busca de elementos em comum com outros povos, e por outro, portadores de uma crítica menos sociologizante e mais próxima às questões estética e psicológica da literatura, como, por exemplo, o próprio José Veríssimo, um dos alvos preferidos de sua crítica. Em Sílvio Romero (1851-1914), assim, percebe-se a evolução filosófica em direção a uma perspectiva mais sociológica, forjada em uma preocupação constante por identificar uma maior amplitude de conexões, argumentando em torno da necessidade de uma interpretação que, ao meu ver, por vezes, reflete uma certa preocupação simmeliana de “enviar uma sonda que possa religar o singular imediato, isto é, o que é simplesmente dado, ao estrato das significações espirituais últimas” (SIMMEL *apud* VANDENBERGHE, 2005, p. 43), ou seja, uma tentativa apaixonada de construir uma espécie de sociologia da cultura que pudesse

proporcionar elos entre os acontecimentos contingentes e elementos globais da vida, entre o universalismo e o particularismo, entre a Europa e o seu Outro. Em Romero, observa-se que a preocupação central de sua teoria do Brasil:

[...] não é só mostrar o que esse povo tem de comum com os outros; sua obrigação é ao contrário exibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros (ROMERO, 2001, p. 71)²³.

Essa preocupação da busca da singularidade inclusive é evidenciada de forma empírica por ele ao comparar o caso do Brasil com outras repúblicas, especialmente as espanholas, afirmando que a própria inexistência do elemento negro na maior parte dessas repúblicas habilitava o Brasil a afastar-se delas de um modo bastante positivo. O efeito positivo que a consciência histórica de Sílvio Romero (1851-1914) proporciona encontra-se na ênfase atribuída por ele ao diálogo existente entre o que se “tem de comum com os outros” e a importância atribuída às “particularidades”.

Em um certo sentido, é possível salientar um elemento de ousadia teórica ao enfatizar a sua ressonância contemporânea nas inquietações teóricas atuais que visam coadunar o “respeito às diferenças” com a participação efetiva das “particularidades” no seio do mundo globalizado, ainda que alguns problemas possam ser apontados em relação à própria idéia de “diferença” (PIERUCCI, 1999). De certo modo, em meu entendimento, é possível perceber que reflexões como essa na obra romeriana, bem como na de outros ensaístas nacionais, constituíram, tanto no imaginário social quanto na esfera política, um Brasil que, eventualmente, pode ser visto como clivado da totalidade do que hoje se denomina América latina, tendo apenas recentemente, em particular nos discursos políticos que envolvem uma “nova agenda” para as Américas, especialmente a “latina”,

23 Edição original em 1888.

se autopercebido como parte deste todo, ainda que em posição de distinção²⁴.

Ou seja, trata-se, para utilizar uma expressão da hermenêutica gadameriana, de uma espécie de “fusão de horizontes” (GADAMER, 1997), que nos leva à auto-reflexão em relação ao fato de que as escolhas a serem feitas encontram-se relacionadas à constituição efetiva da forma mais coerente de conduzir e de contar a história da nação brasileira, forjando cotidianamente o nosso estilo de vida, haja vista que, seguindo uma leitura benjaminiana e ousando articulá-la com a hermenêutica contemporânea gadameriana, o presente é tanto o momento quanto o local da realidade do passado, lugar de destruição e reconstituição da tradição, “efêmera apropriação de uma reminiscência” (BENJAMIN, 1994)²⁵.

DA CONTRADIÇÃO À OUSADIA INTERPRETATIVA

Mas, afinal, qual o percurso escolhido por Sílvio Romero (1851-1914) para dar conta da idéia de “singularidade nacional” a partir da articulação de elementos étnicos que à época pareciam tão distintos?

De modo geral, pode-se dizer que a publicação de *História da literatura brasileira* (2001)²⁶, leva o

24 Na obra de Manoel Bomfim, ensaísta contemporâneo de Romero, há uma interpretação relativamente similar, situando o Brasil na mesma esfera de iniquidade da América Latina, contudo, posicionando-se contrariamente a certo pensamento hegemônico da época que o tratava a partir uma percepção homogênea da América, daí alguns de seus intérpretes o trazirem enquanto um anti América Latina.

25 Edição original em 1940.

26 Edição original em 1988. A obra de Sílvio Romero (1851-1914) é, antes de tudo, conhecida por suas contradições internas, contradições essas que também são encontradas nas obras de outros de seus contemporâneos, como o baiano Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, conseqüência compreensível das incompatibilidades entre as teorias sociais da época e a realidade brasileira. Contudo, é possível afirmar a existência de três fases no pensamento de Romero: inicialmente, “a da fase do otimismo da infância e da meninice, segundo, a de um pessimismo radical e intratável e, por fim, a da crítica imparcial, a qual teria chegado através do estudo da vida brasileira” (LEITE, 1992, p. 185). O seu *História da literatura brasileira* apresenta a sua concepção relativamente definitiva em relação ao Brasil; por isso, a ênfase do texto ora escrito em relação a

autor a preocupações sobretudo de ordem política e filosófica, e, além disso, é considerado o texto onde se encontra depositado o núcleo de seu pensamento acerca de suas inquietações relativas à situação brasileira, de tal modo que o seu objetivo era encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do caráter do povo brasileiro. Neste sentido, uma síntese da obra pode ser desmembrada em duas conclusões fundamentais: por um lado, afirmar a singularidade brasileira em relação a Portugal, “o Brasil não é, não pode, não deve mais ser cópia da antiga metrópole” (ROMERO, 2001, p. 97), especialmente através do reconhecimento dos outros elementos que compunham o povo; por outro lado, atrair a *raça ariana* para o território brasileiro, pois, com o auxílio do clima, dar-se-ia a constituição de um novo povo, “se o clima não criou as raças que constituem nossa população, composta de gentes para aqui imigradas, ele as pode modificar e modifica efetivamente” (ROMERO, 2001, p. 97). Encontra-se aí o argumento romeriano em direção à sua concepção da configuração original do mestiço brasileiro, de sua nacionalidade:

A história do Brasil [...] não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romantismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros, em um Novo Mundo. *É antes a história de um tipo novo {...} em que predomina a mestiçagem* (ROMERO, 2001, p. 100, grifo nosso).

Romero, neste sentido, não acreditava por completo no inatismo, mas sim na possibilidade da emergência de um “tipo novo” resultante da mestiçagem, “genuína formação histórica brasileira”.

ele. Contudo, em texto imediatamente posterior (ROMERO, 2001), ele não consegue se ausentar de perceber e ressaltar a figura do mulato como central na constituição do nacional, produto de sua incorporação do elemento negro à teoria, aspecto já comentado acima, que leva à percepção de uma noção de miscigenação em Sílvio que, cada vez mais, tende a generalidade inevitável e, além disso, do ponto de vista teórico, a consolidação da transição de uma perspectiva biológica para uma efetivamente histórica e cultural.

Contudo, aí reside um conjunto de críticas sobre o “projeto romeriano”, pois, para ele, desse processo é que resultaria a dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, de tal modo que ocorreria a predominância biológica e cultural branca e, conseqüentemente, o desaparecimento dos elementos não brancos (MUNANGA, 1999):

Dentro de dois ou três séculos a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem característico [...] o branco, o autor inconsciente de tanta desgraça, tirou o que pôde de vermelhos e negros e atirou-os fora como coisas inúteis. Foi sempre ajudado neste empenho pelo mestiço, seu filho e seu auxiliar, que acabará por suplantá-lo, tomando-lhe a cor e a preponderância (ROMERO, 2001, p.102).

De fato, a princípio, a crença na origem poligenista do homem por Romero²⁷ o faz elaborar uma teoria original sobre o Brasil e, de modo geral, otimista em relação ao pessimismo degenerativo que preponderou à época, haja vista que, embora sendo “um povo em via de formação”, Romero acreditava que teríamos “elementos para acentuar-se com força e tomar um ascendente original nos tempos futuros. *Talvez tenhamos ainda de representar na América um grande destino cultural histórico*” (ROMERO, 2001, p. 101, grifo nosso)²⁸. Essa concepção o leva a ser um dos precursores de uma teoria definitivamente original, que é a conhecida “teoria brasileira do branqueamento”, concepção baseada na presunção da superioridade branca “aceita pela maior parte da elite no Brasil no período que compreende os anos de 1889 a 1914” (SKIDMORE, 1976, p. 81), a última data inclusive coincide com a morte do

próprio Sílvio Romero, embora não concorde com o fato de que a influência da teoria feneça concomitante a ele, devido à ressonância que, nas décadas de 1930 e 1940, inclusive em solo europeu (COSTA, 2002), tem a obra de Oliveira Viana, entusiasta do *arianismo*.

De fato, a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o “elogio ao cruzamento”, visto que o país já era miscigenado, proporciona a já conhecida e original solução sócio-política brasileira para o “dilema dos intelectuais desta época”, a chamada “ideologia do branqueamento”. De acordo com esta idéia, um conjunto de fatores: incentivo à imigração européia, o fim da importação de escravos e o cruzamento entre brancos e mestiços, produziria naturalmente uma população mais clara, adequando-se, gradualmente, aos objetivos das teorias raciais científicas correntes, fato que, na época, poderia ser verificado empiricamente como demonstram certos dados estatísticos e descrições realizadas por “olhares estrangeiros” que visitaram o país neste período, os quais enfatizam a diminuição da população negra no país (SKIDMORE, 1976, p. 81-86). O próprio Sílvio Romero, seguindo neste momento os “olhares”, confirma, aludindo à estatística:

A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se atualmente de brancos arianos, índios tupis-guaranis, negros quase todos do grupo banto e mestiços destas três raças, orçando os últimos certamente por mais de metade da população. O seu número tende a aumentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir [...] não é fantasia: calculavam-se em três milhões talvez os índios do Brasil; hoje onde estão eles? Reduzidos a alguns milhares nos remotíssimos sertões do interior (ROMERO, 2001, p.101).

Entretanto, uma ressalva é necessária em relação a todo esse “determinismo” visto em Sílvio Romero (1851-1914). De modo geral, não se pode afirmar que ele tenha sido um teórico determinista rígido, haja vista que é possível indicar na própria *História da literatura brasileira* e em outros textos mencionados ao longo deste artigo, uma preocu-

27 Sílvio Romero afirma “eu acredito na origem poligenista do homem, defendida por Morton, Nott, Agassiz, Littré e Broca. Parece-me um exagero, ditado por uma velha preocupação ortodoxa, reduzir todas as raças humanas a uma só origem avita primitiva”. Além disso, ele ainda ironiza o “Velho Mundo”; diz ele: “por que motivo o Velho Mundo havia de ter o privilégio de produzir tantas raças e o novo continente nenhuma? Os habitantes da América vieram, como se diz, da Europa ou da Ásia, e os destas regiões, donde vieram? A dificuldade remove-se; mas não é resolvida” (2001, p. 109).

28 Edição original em 1888.

pação por compreender a influência dos processos culturais em uma perspectiva de entendimento da sociedade brasileira mais sociológica, talvez daí é que deriva a sua tentativa de conciliar os aparentemente inconciliáveis determinismos climático e racial. Contudo, mesmo em sua fase mais determinista, ele não se limitou apenas aos aspectos bio-psicológicos das raças que fundaram a nação. De fato, a “sua compreensão da mestiçagem não se restringia a uma perspectiva cruamente biológica, mas também englobava a noção de trocas culturais, como fica claro em suas idéias acerca da cultura popular e da língua portuguesa no Brasil, uma e outra já miscigenadas” (SCHNEIDER, 2005, p. 76), inaugurando, assim, uma teoria da civilização para o Brasil como mestiçagem (CÂNDIDO, 1963). Daí, em meu ponto de vista, reside, entre outros tantos elementos, a importante contribuição de Sílvio Romero à “inautêntica narrativa brasileira”.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, em meu entendimento, creio ser possível afirmar que Sílvio Romero faz uso do que na hermenêutica histórica gadameriana denomina-se “razão crítica”, haja vista que ele procura assimilar as teorias sociais européias, mas, devido às inquietações suscitadas pelo seu contato gradualmente mais profundo com a realidade nacional, do ponto de vista empírico, desesperava-se na construção de uma espécie de filtro que fornecesse elementos que fizessem emergir a singularidade nacional, integrando a nação à modernidade a partir de um esforço hercúleo de legitimação interna. Ou seja, ao mesmo tempo em que os “pré-conceitos” constituintes das teorias sociais da época o inundavam, é possível afirmar a sua preocupação com a possibilidade positiva do pré-conceito (HEKMAN, 1986) através de sua busca pelo nacional, pelo diferencial, pela singularidade, encerrando, dessa forma, uma preocupação com a almejada autonomia não apenas do ponto de vista sócio-antropológico mas especialmente político e social.

Neste sentido, o caminho configurado por Sílvio Romero (1851-1914) é, sem dúvida, a expressão de um movimento dialógico entre passado-presente-futuro, haja vista que a sua preocupação com o tempo histórico passado, não o rejeitando como o romantismo, reflete uma tentativa mais complexa de pensar a tradição e a história, distanciando-se de uma linguagem que o leve a pensar em restauração ou autenticidade, mas sim, ao contrário, que lhe forneça subsídios para atribuir sentido e explicar o “ontem” a partir do “agora”, extraíndo daí a configuração de um futuro que não é uma simples reprodução ou continuidade. Futuro esse que, à época, não é demais repetir, era visto, de modo geral, como se tornando gradualmente degenerativo, mas que, no entendimento do autor, especialmente na *História da literatura brasileira*, esse deveria na verdade constituir-se como produto do diálogo de tradições derivadas de “uma nacionalidade que deve ser no futuro a representante, até certo ponto, de suas tradições” (ROMERO, 2001, p. 101).

Essa percepção por Sílvio Romero de que a tradição “incorporada” pelo Brasil tornar-se-ia relevante no futuro ressoa em discussões contemporâneas relativas à “vitalidade da tradição ibérica” (MORSE, 1988). Ao fato recorrente de a Europa convocar a Ibéria a uma espécie de “europeização dos ibéricos”, solução conseqüente dos últimos dois séculos de “decadência”, tornando-os definitivamente “europeus”, associam-se posições contrárias que, quase respondendo ao argumento romeriano e de toda uma recente geração de intérpretes ibero-americana, sugerem “a volta do olhar da Ibéria para a América”, argumentando que talvez aqui, em um continente jovem e ainda experimental, exista o espaço para uma atualização criativa das belas palavras e das belas ações, impingindo a prova definitiva de que a longa tradição dos iberos ainda pode enfrentar o futuro (BARBOSA FILHO, 2000).

E, de certo modo, a única maneira de dar uma dimensão nova a esse retorno é debruçar-se sobre as várias leituras efetuadas, dar continuidade a perguntas que foram feitas ou elaborar perguntas ain-

da por fazer, quem sabe respondendo de tal forma que talvez a trilha escolhida seja mais ética do que aquela que a pergunta original suscitou, enfim, a via parece ser ainda a história e sua releitura contínua, “não mais para nos dizer onde deveremos chegar inelutavelmente, mas para nos recordar de uma verdade que, por ser tão velha, havíamos esquecido, a verdade está na busca” (ODALIA, 1997, p. 119).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manuel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. Brasília: UNB, 1963.

BARATA, M. **A obra de Martius e sua presença na cultura brasileira**. Recife: UFPE, 1974. Trabalho apresentado no II colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros.

BARBOSA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Europa: uma aventura inacabada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antônio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: EDUSP, 1963.

_____. **Literatura e sociedade**. Estudos de teoria e história literária. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CANIELLO, Márcio. **O ethos brasílico: sociologia histórica da formação nacional, 1500-1654**. 352f. Tese (Doutorado

em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CAYGILL, Howard. Benjamin, Heidegger e a destruição da tradição. In: BENJAMIN, Andrew; OSBORNE, Peter (Org.). **A filosofia de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHACON, Vamireh. **A construção da brasilidade: Gilberto Freyre e sua geração**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001.

_____. **A grande Ibéria: convergências e divergências de uma tendência**. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Jean Carlo. **Nação, raça e miscigenação no Brasil: uma análise hermenêutica dos ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928**. 335f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

_____. **Teoria social, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações da “ré-descoberta” do nacional em Manoel Bomfim**. Caxambu: [s.n.], 2004. Trabalho apresentado na XXVIII Reunião da ANPOCS, Caxambu, outubro de 2004.

_____. O problema nacional, globalização e o pensamento social no Brasil: notas sobre as implicações do “nacional” em Manoel Bomfim. **Revista Política & Trabalho**, v. 22, p. 165-184, 2005.

COSTA, Sérgio. **As cores de erva: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **Sobrados & mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.
- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da História", na primeira República. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, 2003.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1985.
- HEKMAN, Susan. **Hermenêutica e sociologia do conhecimento**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- IANNI, Octavio. A racialização do mundo. **Revista Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 1-23, 1996.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Ática, 1992.
- LYON, David. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998.
- MOREIRA, Roberto. Identidade brasileira: velhas questões, novos desafios. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX, 2005, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu, MG, 2005.
- MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MUNANGA, Kanbengele. **Rediscutindo a mestiçagem**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. Advento da modernidade. **Revista Lua Nova**, v. 20, p. 19-30, 1990.
- _____. **Identidade nacional e cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: 34, 1999.
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2002.
- RABELLO, Sylvio. **Itinerário de Silvio Romero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- REIS, José Carlos. **As identidades brasileiras: de Varhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- ROMERO, Sílvio. **Cantos populares no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- _____. **História da literatura brasileira. Tomo I**. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.
- _____. **Introdução à doutrina contra doutrina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SCHNAIDERMAN, Boris. Prefácio. In: DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias do subsolo**. São Paulo: 34, 2000.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermenêuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O Espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SENA, Custódia Selma. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: UFG, 2003.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, Jessé (Org.). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UNB, 1999. p. 17-54.

_____. **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UNB, 2000.

_____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 3, 2005.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Bauru, SP: EDUSC; Belém: EDUFPA, 2005.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Introdução. In: ROMERO, Sílvio. **Introdução à doutrina contra doutrina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. O *ethos* da elite: ensaio sobre a unidade brasileira. In: ZARUR, George de C. Leite (Org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

YOUNG, R. **Colonial desire: hybridity in theory, culture and race**. London: Routledge, 1995.